

A cidade, o sonho e as picaretas: progressismo e modernidade na construção da paisagem urbana de Vitória (ES)

Michele Monteiro Prado - UNIVIX
micheleprado@uol.com.br

A passagem do século XIX para o XX marcou um momento de grandes transformações técnicas e sociais que romperam as tradicionais relações de produção e de moradia na cidade, determinadas pelo progresso científico e pela mecanização dos sistemas de produção, decorrentes da Industrialização. As cidades em geral não estavam dotadas da infra-estrutura necessária a fim de possibilitar as novas formas de produção e de relação política e comercial internacional, nem preparadas oferecer condições de habitabilidade adequadas ao crescimento populacional. Justificando a necessidade de responder à modernidade político-cultural e científica com a modernização da estrutura das cidades, técnicos e higienistas lançaram propostas orientadas por termos físicos e normativos, buscando, através de modelos sociais e urbanísticos, remediar os problemas da cidade industrial, com o controle do crescimento, da densidade populacional e construtiva, da salubridade e, por que não, da própria população, através do disciplinamento do urbano e da população como um instrumento necessário para o estabelecimento de um novo padrão burguês de convivência nas cidades.

Deve-se compreender que naquele momento, o próprio conceito de modernidade era entendido como um caminho gradativo em direção ao melhoramento das condições econômicas, tecnológicas e culturais dos povos. Daí a conotação extremamente simbólica de termos então fartamente utilizados, tais como “melhoria”, “desenvolvimento”, “evolução” da humanidade; bem como a acirrada oposição a tudo aquilo que estivesse ligado a práticas tradicionais, e que se contrapusesse conceitualmente ao significado de “ser moderno”. Assim como a retórica, também a ação sobre o espaço urbano recebeu uma qualificação simbólica: a renovação da arquitetura e a implementação da infra-estrutura foram valorizados como signos de progresso e avanço, e passaram a representá-los.

Tal campo de discussão se delineou inicialmente na Europa, mas também repercutiu no Brasil. A inserção do país no meio de produção capitalista internacional propiciou sua abertura aos novos padrões urbanos que orientavam a concepção das cidades européias, trazendo novos valores urbanos que tinham por base um ideal de progresso e civilização possível de ser alcançado por meio da razão e do saber científico. E as cidades brasileiras fugiam aos padrões de ordem e disciplina estabelecidos por estas técnica e ciência. Por isso o discurso de políticos, médicos, engenheiros, sanitaristas e posteriormente arquitetos passou a pregar a intervenção no espaço urbano a fim de romper com o modelo colonial e seus padrões rurais, patriarcais e religiosos. Esses atores, com o apoio quase irrestrito dos meios de comunicação e das elites, tomaram a frente do discurso moderno e influenciaram, através de suas leis, códigos e projetos, o imaginário da população e, conseqüentemente, a imagem das cidades, a fim de serem vistas como modernizadas, civilizadas, belas e saudáveis, intencionando-se atrair com isso atenções e investimentos de capital estrangeiros.

No caso de Vitória, capital do Espírito Santo, a irregularidade do traçado e parcelamento; os cortiços e o baixo padrão construtivo das edificações; a insalubridade; a precariedade e até mesmo a ausência de serviços de abastecimento de água, luz e esgoto; a deficiência das vias de circulação e dos meios de comunicação; tudo isso era apontado por tais atores como fatores que denegriam a boa imagem da cidade, além de prejudicarem o desenvolvimento das economias. No entanto, o ideal de modernidade não abrangeu tão somente a dimensão urbana: incluiu também a renovação das práticas em sociedade, seus hábitos e costumes. Ou seja, a tão ansiada modernidade passou pela constituição de um novo padrão de sociabilidade e um novo conjunto de representações que compunham o imaginário social, onde tudo isso seria espelhado num cenário renovado e majestoso.

A solução para os problemas no meio urbano capixaba surgiu, portanto, através da idéia de torná-lo salubre, combatendo epidemias e infecções; de melhorar os sistemas de circulação, a fim de dar suporte às atividades econômicas e facilitar o deslocamento da população aos seus locais de trabalho; de melhorar a questão habitacional; e de valorizar a imagem da

cidade, destruindo a arquitetura tradicional e introduzindo novos modelos estéticos, dotando-a de monumentalidade através de obras ditas de “embelezamento”, e construindo uma nova identidade – moderna e civilizada – frente ao contexto mundial e local.

O ideal de sanear, controlar o meio, corpos e mentes; constituiu a linha de frente do discurso progressista modernizador em Vitória, sendo muitas vezes equiparado, ou até mesmo sobrepujado, pela função simbólica de autoprojeção cultural dos novos valores burgueses e pelo ideal de representação de imagem de cidade moderna.

O IDEAL DE SALUBRIDADE

A ausência de serviços urbanos básicos como água, luz, esgotamento sanitário em Vitória, as habitações precárias da população mais pobre e de imigrantes estrangeiros, a irregularidade do sítio e presença de manguezais; tudo isso era constantemente associado às causas das epidemias e a um perfil sanitário colonial atrasado, o que comprometia a imagem que se desejava construir de uma capital moderna. Deve-se compreender que as práticas médica e sanitária no Brasil eram orientadas pelo Positivismo, que associava o grau de insalubridade ao distanciamento em relação a uma norma, pregando assim o ordenamento da cidade. O próprio homem, ao afastar-se dessas normas, era visto como elemento capaz de comprometer os costumes e a economia do Estado, o que justificava o controle social como garantia para a saúde da população e progresso da sociedade. Além disso, adotava-se em grande parte a “Teoria dos Miasmas”, que associava as doenças às condições ambientais precárias, e entendia que a origem das doenças e epidemias estaria na matéria em putrefação, nas águas estagnadas, na má circulação do ar. Esse ideário chegou ao Espírito Santo e norteou o pensamento de técnicos e dirigentes, e foi expresso nas palavras do Presidente do Estado Antônio Rodrigues, que declarou, em 1886, que “a questão da salubridade não passa mais pela circunscrição da doença e da observação do corpo doente, mas pela modificação do meio físico”¹.

O medo do contágio induziu ao surgimento de novas práticas de prevenção e normativas que se utilizavam dos agentes de saúde e da ciência para barrar os surtos e corrigir os focos

de doenças. Os códigos de posturas do início do século XX incorporaram tal desejo de higienização e ordenação da cidade, e de apagar os traços do domínio português, impondo não apenas um controle sobre o urbano e a construção civil, mas também restringindo hábitos e festividades considerados provincianos. No intuito de pôr fim às origens das epidemias, justificava-se a intervenção urbana em três âmbitos, a seguir:

a) As intervenções no âmbito urbano ou público abrangiam a retificação, alargamento e regularização das vias a fim de permitir a insolação, ventilação e dissipação dos gases deletérios, bem como arborização das ruas – com o duplo fim de higienização pela purificação do ar e embelezamento. Visavam ainda atender a urgente necessidade de retirar as principais causas apontadas de epidemias: esgotos, terrenos alagadiços, cortiços, cemitérios urbanos; além de promover a construção de sistemas de drenagem das vias, áreas alagáveis pelo mar e manguezais. Inclui também o fornecimento de energia elétrica e a execução de sistemas de abastecimento de água, pondo fim às velhas fontes, bicas e chafarizes coloniais. Outras ações, como o alargamento de vias para melhor aeração do conjunto urbano, acompanhado da demolição do antigo casario colonial considerado insalubre, foram continuamente desenvolvidas até o início da década de 1940.

b) As intervenções no âmbito arquitetônico ou particular surgiram juntamente com a edição dos primeiros códigos de posturas, ainda ao final do século XIX, procurando corrigir e controlar a construção de modo a dotar a arquitetura residencial, originalmente de alcovas coloniais, de melhores condições de higiene, insolação e ventilação. Tais códigos controlavam a altura das casas em relação às ruas; exigiam aberturas com dimensões proporcionais aos cômodos a que atendessem; uso de equipamentos de abastecimento e esgotamento sanitário e pluvial, como tubulações e calhas; emprego de materiais de revestimentos laváveis para banheiros como azulejos ou cimento branco. Chegavam até a exigir a limpeza de testadas, calçamento das frentes e caiação de casas e muros, tudo na tentativa de construir uma imagem de cidade que aparentasse assepsia.

Havia também uma grande preocupação com os cortiços ou mesmo com o modesto casario da população mais humilde, como é visto nas palavras do Presidente Moniz Freire:

a desproporção esmagadora entre quantidade de fogos e a de habitações dá lugar à acumulações prejudicialíssimas, à ocupação irremediável de pardieiros infectos, à procura de abrigo em todos os espaços de cada casa, e à construção constante de residências provisórias, revés quase sempre aos preceitos higiênicos mais rudimentares².

É assim que se estabelece a vigilância sanitária, que tinha poder de polícia, impondo multas aos infratores, despejando moradores e demolindo casas consideradas sem condições de salubridade. A legislação municipal instituiu a desapropriação nos casos de comodidade, aformoseamento urbano e salubridade pública, permitindo assim corrigir alinhamentos; e chegou a proibir a construção de cortiços na cidade, bem como qualquer tipo de reparo naqueles já existentes, intencionando extingui-los. Observa-se que a política sanitária buscava controlar o espaço urbano e a moradia popular, mais que as condições sanitárias da urbe – reflexo da crítica a tudo o que fosse ligado ao passado colonial, visto como fator determinante para o “atraso” do país, diante das principais nações do mundo. É claro que por trás desse discurso higienista escondia-se um processo de exclusão da camada mais baixa da população, sem condições financeiras de adaptar-se às novas exigências da legislação pertinente. As elites desejavam construir uma cidade ordenada, rica financeira e culturalmente, onde tudo aquilo que fosse associado à insalubridade, à desorganização, à pobreza material – mesmo que a própria população – deveria ser expurgado para áreas distantes de seus olhos, numa clara expressão do poder econômico e social definindo o espaço da cidade. Em sua mensagem final de governo, o presidente do Estado Florentino Avidos declarou:

Em benefício da salubridade, demoli velhas casas detestáveis ... [e em seu lugar] ... corrigi alinhamentos extravagantes, dando realce às novas fachadas e aspecto elegante³.

c) As intervenções no âmbito moral ou pessoal intencionavam determinar um caráter civilizado à população. A via da legislação foi um instrumento importantíssimo para controlar e impor a nova imagem de modernidade também no âmbito privado, através de normas que controlavam a construção e até mesmo o modo de vida, inibindo certas formas de apropriação da cidade, a livre circulação ou suprimindo “comportamentos não desejáveis” de uma parcela da população. Ou seja, a constituição do panorama de civilidade passou não somente pelo ordenamento do espaço público, como também pelo disciplinamento dos usos

e práticas em sociedade, a partir da instituição de instrumentos de controle do urbano e da conduta social, dos quais também se destacam os códigos de posturas. Regulamentava-se as diversas formas de utilização do espaço urbano, alterando práticas econômicas, costumes, formas de lazer e de habitar tradicionais, com base em argumentos sanitários, políticos e ideológicos burgueses. Proibiram-se os quiosques, a prostituição, os jogos de rua. Pessoas descalças ou que não estivessem “decentemente vestidas” – traduzindo: sem ternos, gravatas, chapéus, vestidos e sapatos finos – além de ambulantes, foram impedidos de entrar nos jardins. Obstou-se o trânsito nas ruas de carregadores e ambulantes, festas e procissões consideradas arcaicas, o trabalho de quitadeiras e lavadeiras nas fontes e chafarizes. Ou seja, mais uma vez observa-se o uso da legislação e do discurso político na exclusão urbana das camadas menos abastadas da população.

O Ideal Estético

Na medida em que o ideal de modernização fluía em direção a um desprezo pela herança material e cultural do passado, buscava-se representar, na paisagem urbana, um presente instituidor de uma sociedade progressiva, a partir de uma articulada cenografia urbana da qual faziam parte a arquitetura e as remodelações e reformas urbanísticas. A construção de um cenário expressivo do potencial da capital capixaba frente ao país que se modernizava passava pela dotação de obras suntuosas que simbolizassem progresso e civilidade, e que construíssem uma cidade tal como idealizada, motivo de orgulho para sua sociedade. Portanto, os elementos de composição que construíram a nova paisagem urbana foram carregados de conteúdo simbólico, e a eles foi conferido o caráter de signo da modernidade. Esses signos foram representados pela correção, calçamento e iluminação das ruas; pela preocupação do tratamento conjunto de todos os elementos urbanos propondo a articulação entre as edificações, vias de comunicação e praças, todos tratados paisagisticamente; pela construção de parques e jardins; pela concepção dos novos palacetes e recobrimento dos antigos edifícios coloniais com uma roupagem historicista; pela inserção de novos programas e tipos arquitetônicos; pela implantação estratégica dos edifícios públicos em

posição de destaque com relação às perspectivas cenográficas das vias, praças e jardins públicos, transformando-os em pontos focais na estrutura urbana. Na medida do possível, a legislação urbana impôs um controle à estética das edificações, seja obrigando a demolição de construções consideradas sem valor estilístico, seja impondo regras de composição arquitetônica. Determinou-se a alteração dos antigos balcões e gelosias da herança portuguesa por gradis em ferro, com o fim de “uniformizar a estética das edificações” – como se a estética colonial não pudesse ser considerada uniforme. Os códigos de posturas do início do século XX determinavam alturas e proporções para cornijas de embasamento e coroamento, obrigatoriedade de pintura, caiação e manutenção das boas condições construtivas e estéticas das fachadas das edificações. Leis urbanísticas instituíram a isenção de impostos e prêmios para quem agisse conforme tais exigências, o pagamento de taxas pelos proprietários de prédios em ruínas nas principais ruas, e incentivaram a verticalização das edificações, impondo-se alturas mínimas obrigatórias para edificações a se implantarem nas principais avenidas comerciais, certamente para conotar-lhes um aspecto mais monumental, num esforço de transformar, pela via legal, a imagem da cidade.

À guisa de conclusão, pode-se afirmar que, seja através do saneamento ou do embelezamento, cada um desses elementos foi explorado de forma ora mais, ora menos elaborada, conforme parecesse mais conveniente ao discurso e aos interesses envolvidos. Todavia, de forma geral, o saneamento foi de início a frente mais abordada. Isso não impediu que a questão estética se desenvolvesse paralelamente e que sofresse grande ascensão, sobretudo após instalados os primeiros elementos de infra-estrutura. Na verdade, saneamento e estética correram em direção a um objetivo comum, que era desenvolver uma população capixaba saudável e culturalmente avançada, bem ao gosto do pensamento positivista da época. Foi portanto construída em Vitória toda uma nova cenografia que traduzia o “ser moderno”, especialmente elaborada para a exposição dos setores da sociedade em ascensão, que necessitavam de uma vivência social para forjarem suas identidades. O espaço público tornou-se o espaço burguês por excelência, e na mente das

elites, técnicos e governantes, deveria refletir essa nova sociedade progressista e antenada com a modernidade, apagando para isso as marcas do passado colonial, seja através de códigos e leis, seja pela intervenção física. Ainda que não se efetuasse grandes alterações nas estruturas urbana e social; ou ao contrário: ainda que as ações de modernização e remodelação espacial fossem fortemente caracterizadas pelo desejo de exclusão social de parcela da população, essas foram legitimadas pelo próprio discurso de técnicos, sanitaristas, governantes, imprensa; o que expressa claramente o caráter simbólico e ideológico através do qual se cristalizaram os ideais de modernização.

¹ ESPÍRITO SANTO. Presidente (1883-1886: Antônio Rodrigues). Relatório final de governo enviado ao Congresso Legislativo. Vitória: Tipografia do Espírito Santo, 1886, p. 22.

², Mensagem do Exmo. Sr. Presidente do Estado do Espírito Santo lida na instalação do Congresso Legislativo em 17 de setembro de 1895. Vitória: Tipografia do Espírito Santo, 1895.p. 17.

³ ESPÍRITO SANTO. Presidente. Mensagem final de governo do Presidente Florentino Avidos, apresentada em 15 de julho de 1928. Vitória: Tipografia do Diário da Manhã, 1928, p. 275